

# Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias<sup>1</sup>

Giovana Garcia Morato, Isabela Aparecida de Oliveira Lussi

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

**Resumo: Objetivos:** O presente estudo teve como objetivos: identificar, sob a ótica de terapeutas ocupacionais que atuam em iniciativas de geração de trabalho e renda, no âmbito da saúde mental, os desafios implicados no desenvolvimento da prática nestes espaços, e verificar como estes profissionais compreendem a vinculação destas iniciativas à economia solidária e a vinculação desta à sua prática. **Método:** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do qual participaram 16 terapeutas ocupacionais que atuam em iniciativas de geração de trabalho e renda, no âmbito da saúde mental, localizadas no estado de São Paulo. Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário semiestruturado e um roteiro de entrevista semiestruturado. Os dados provenientes do questionário foram analisados de maneira descritiva e as entrevistas, submetidas à Técnica de Análise Temática. **Resultados:** Os resultados evidenciam que as profissionais lidam com demandas que dizem respeito à administração da iniciativa e de tudo o que permeia a estruturação e a execução da produção, envolvendo núcleos de conhecimento que extrapolam o arcabouço teórico deste profissional e que, por vezes, representa dificuldades. Ainda, apontam haver vinculação da iniciativa à economia solidária, bem como a importância da apropriação dos princípios desta economia pelas profissionais. **Considerações finais:** Aponta-se a necessidade de maiores reflexões e produções em torno das potencialidades que podem emergir da parceria entre economia solidária e terapia ocupacional, visto que tal parceria pode elucidar e fortalecer novas possibilidades de proposição de trabalhos inclusivos no âmbito da saúde mental.

**Palavras-chave:** *Economia Solidária, Terapia Ocupacional, Trabalho.*

## Work and income generation initiatives, solidarity economy and occupational therapy: possible approaches and necessary constructions

**Abstract: Objectives:** This study aimed to: identify, from the perspective of occupational therapists working in the income generation initiatives, in the context of mental health, the challenges involving the practice in these areas; and see how these professionals understand the link of these initiatives to solidarity economy and its connection to their practice. **Method:** This is a qualitative study including 16 occupational therapists working with income generation initiatives on mental health in the state of São Paulo. We used a semi-structured questionnaire and a semi-structured interview guide for data collection. Data from the questionnaire were analyzed descriptively and interviews submitted to thematic analysis technique. **Results:** The results show that the professionals deal with demands concerning the administration of the initiative and of all that permeates the production structuring and execution, involving knowledge centers that go beyond the professional theoretical framework and sometimes, represents difficulties. They also show a link between the initiative and the solidarity economy; as well as the importance of appropriation of this economy principle by professionals. **Final thoughts:** The study shows the need for further reflection and productions around the possibilities that can emerge from the partnership between solidarity economy and occupational therapy, as this partnership can clarify and strengthen new possibilities for inclusive work proposition in the context of mental health.

**Keywords:** *Solidarity Economy, Occupational Therapy, Work.*

## 1 Introdução

O atual paradigma norteador das práticas de cuidado destinadas a usuários de serviços de saúde mental vem revelando experiências positivas de inclusão social por meio de diversos dispositivos, dentre os quais o trabalho, evidenciando estes como instrumentos potentes no processo de emancipação e conquista de autonomia dos usuários (AMARANTE; BELLONI, 2014).

Amarante e Belloni (2014), ao apontarem o estado democrático de direitos, que tem o trabalho como garantia de cidadania, enfatizam a importância de assegurar que toda atividade profissional desenvolvida por usuários de serviços de saúde mental gere ganhos econômicos, viabilizando, assim, trocas sociais e cidadãs. Nessa direção, define-se:

A garantia do direito ao trabalho é uma das questões centrais nos processos de construção de contratualidade, de protagonismo e de um novo lugar social para as pessoas com transtornos mentais (BRASIL, 2007b, p. 48).

As discussões em torno da importância do acesso ao trabalho da população em sofrimento psíquico vêm ganhando ênfase, de forma que o aumento progressivo de iniciativas de trabalho é reflexo da formulação de uma política específica para o campo (BRASIL, 2010). Assim, desde a inauguração da parceria entre a Área Técnica de Saúde Mental e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, com o objetivo de estimular e desenvolver iniciativas de trabalho no âmbito da saúde mental (BRASIL, 2005), muitos investimentos vêm sendo realizados com vistas a tornar a proposta de inclusão social pelo trabalho uma realidade consolidada.

A atual Política Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária institui as diretrizes dos Programas de Inclusão Social pelo Trabalho, realizados nos estados e municípios, as quais versam, dentre outros aspectos, sobre: inclusão social; direito de acesso ao trabalho e à renda; aumento da autonomia e emancipação dos sujeitos; investimento nos princípios de cooperação e solidariedade; incentivo à autogestão e democracia; propostas consistentes de alternativa para melhoria de vida, e articulação em rede dos vários setores, como educação, trabalho, saúde, cultura (CAYRES, 2012).

Aponta-se que, no Brasil, a economia solidária tem representado alternativa relevante na entrada ou no retorno ao trabalho de pessoas em sofrimento psíquico (LUSSI; PEREIRA, 2011).

A economia solidária pode ser definida como outro modo de produção, no qual os princípios básicos são a propriedade coletiva do capital e o direito à liberdade de cada indivíduo. Tais princípios permitem a união das pessoas que produzem em uma única classe de trabalhadores, que são detentores por igual do capital nas cooperativas ou sociedade econômica (SINGER, 2002). Trata-se de uma forma diferente de produzir, comercializar, trocar e comprar o que é necessário para a sobrevivência (BRASIL, 2007a), contrapondo-se, assim, ao modo de produção capitalista.

Destaca-se que a economia solidária se sustenta em relações de cooperação, nas quais há um fortalecimento dos grupos e comunidades que se voltam para o bem-estar de todos e o bem-estar individual. Nesse sentido, a característica fundamental dos empreendimentos econômicos solidários é a autogestão, ou seja, a não existência de patrões ou empregados, de forma que todos fazem a administração do empreendimento em igualdade de condição, por meio de decisões democráticas e divisão dos resultados entre todos. Além disso, os meios de produção são propriedade de todos aqueles que realizam a produção nos empreendimentos (BRASIL, 2007a).

Fica evidente como os valores e princípios da economia solidária, de fato, contribuem e se aproximam dos princípios da saúde mental, de forma que, para Alcântara (2007, p. 160), “o movimento da Reforma Psiquiátrica condiz ideologicamente com o movimento da Economia Solidária”.

Para Martins (2008), a saúde mental e a economia solidária estão unidas pela reabilitação psicossocial e econômica dos usuários de serviços de saúde mental, objetivando, por meio desta parceria, a criação de políticas públicas que viabilizem a inclusão social e a efetiva participação destes usuários em atividades de geração de trabalho e renda.

Argumenta-se que a economia solidária e a geração de trabalho e renda, ao viabilizarem a afirmação da cidadania dos sujeitos, têm desempenhado significativa função social (AMARANTE; BELLONI, 2014).

No que diz respeito à terapia ocupacional no campo da saúde mental, aponta-se que este profissional tem feito uso da perspectiva da reabilitação psicossocial com vistas a consolidar sua atuação e inserção nos atuais dispositivos de intervenção existentes na rede de cuidados. Nessa direção, tem havido uma tendência em abdicar de um modelo de cuidado com enfoque na doença para priorizar a promoção da saúde, a cidadania e a participação na vida social, o que tem direcionado para uma atenção voltada à singularidade do sujeito, de forma a facilitar que

este exerce a autonomia e desenvolva ações em sua comunidade (ALMEIDA; TREVISAN, 2011).

Nesse sentido, é possível afirmar que esta perspectiva vem norteando a prática desenvolvida por terapeutas ocupacionais em diversos contextos, dentre os quais, em iniciativas de geração de trabalho e renda.

Estudos nacionais têm abordado acerca das possibilidades e contribuições de terapeutas ocupacionais em iniciativas de geração de trabalho e renda vinculadas à economia solidária (CARRETTA; LOBATO, 2010; FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015). Aponta-se, entretanto, que esses estudos ainda são escassos.

Carretta e Lobato (2010), ao preconizarem apresentar e analisar uma proposta de projeto de extensão no fomento de iniciativas de trabalho solidário e cooperativas envolvendo alunos de graduação de um Curso de Terapia Ocupacional, apontam que este profissional pode contribuir de maneira importante no que diz respeito ao fomento e à formação de grupos de geração de renda, à formação dos sujeitos para o trabalho nos moldes cooperativistas, bem como auxiliar nos processos de reconstrução de vida destas pessoas.

Ferro, Macedo e Loureiro (2015) desenvolveram um estudo cujo objetivo foi explorar potencialidades e dificuldades de um grupo de geração de trabalho e renda, que pauta seu trabalho nos princípios da economia solidária e que é fruto da parceria entre o Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná e uma associação. Dentre os resultados encontrados, os autores apontam que o terapeuta ocupacional pode contribuir de maneira relevante no que diz respeito ao apoio e manejo do grupo, bem como na formação dos sujeitos para o trabalho nos princípios da economia solidária.

No contexto internacional, diversos estudos têm abordado a questão do trabalho/emprego e das ocupações significativas, em suas diversas formulações/modelos, para pessoas com transtorno mental, e as implicações desta para a prática dos terapeutas ocupacionais, bem como a viabilidade e possíveis contribuições do profissional terapeuta ocupacional neste contexto (ARBESMAN; LOGSDON, 2011; GEWURTZ; KIRSH, 2007; KENNEDY-JONES; COOPER; FOSSEY, 2005; KIRSH; COCKBURN; GEWURTZ, 2005; SHERRING et al., 2010; WOODSIDE; SCHELL; ALLISON-HEDGES, 2006).

A título de exemplo, o estudo internacional desenvolvido por Sherring et al. (2010) teve como objetivo investigar a eficácia de abordagens aprimoradas, pautadas em ações intersetoriais de

Programas de Emprego Apoiado para pessoas com transtorno mental severo. Para tanto, 43 pessoas com transtorno mental participaram de um programa desenvolvido a partir da vinculação formal entre a equipe de saúde mental da comunidade e três serviços de emprego. Os resultados do programa foram avaliados ao longo de 24 meses. Dentre os resultados, verificou-se que, dos 43 participantes, 77% conseguiram se inserir em um emprego competitivo, sendo que 60,6% permaneceram no emprego até o final do período de avaliação. Os participantes do estudo com sintomas menos graves, no início do estudo, tiveram maior propensão para obter emprego. Dentre os fatores relacionados à perda de emprego, estavam dificuldades cognitivas e habilidades sociais. No que se refere à terapia ocupacional, o estudo evidenciou que outra vantagem deste programa foi ter contado com terapeutas ocupacionais clínicos do serviço de saúde mental dedicados aos objetivos de obtenção de um emprego competitivo e dedicados à educação dos participantes. Grande parte destes terapeutas ocupacionais teve como função formar outros profissionais de saúde mental sobre práticas baseadas em evidências e reabilitação profissional. Além disso, os terapeutas ocupacionais envolvidos no programa asseguraram que o trabalho fosse priorizado ao longo do cuidado em saúde mental, o que contribuiu para uma mudança cultural significativa dentro das equipes de saúde mental, revelando-se, assim, um dos principais fatores de sucesso do Programa.

Sustenta-se que a realidade internacional acerca da forma como se vêm pensando e propondo alternativas de trabalho às pessoas com transtornos mentais é bastante distinta da realidade brasileira. Nesse sentido, é possível que a atuação do terapeuta ocupacional também se diferencie entre estes contextos. Na literatura internacional, foi possível identificar uma série de estudos tratando de modelos de trabalho e das possíveis contribuições do terapeuta ocupacional, ou sugerindo a inserção deste neste contexto; entretanto, destaca-se que se tratam de modelos com enfoque no mercado do trabalho formal e competitivo. No Brasil, o cenário é bastante distinto, tanto no que diz respeito à forma de se propor o trabalho aos usuários da saúde mental quanto em relação às produções teóricas acerca do trabalho do terapeuta ocupacional nestes espaços, que são extremamente escassas.

Desta forma, embora, atualmente, no âmbito nacional, exista um grande investimento na proposição de espaços de trabalho aos usuários da saúde mental, estes, em geral, não estão pautados em um modelo ou um referencial específico. Apesar disso, aponta-se

que a economia solidária vem sendo cada vez mais difundida neste contexto e progressivamente adotada como um referencial de trabalho para estes sujeitos.

Diante do exposto e considerando-se a pertinência da atuação do terapeuta ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda, bem como a importância de estas iniciativas estarem pautadas nos princípios da economia solidária, é que o presente estudo teve como objetivos:

- 1) Identificar, sob a ótica de terapeutas ocupacionais que atuam em iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental, os desafios implicados no desenvolvimento da prática nestes espaços;
- 2) Verificar como estes profissionais compreendem a vinculação destas iniciativas à economia solidária e a vinculação desta à sua prática.

## 2 Metodologia

### 2.1 Participantes

Foram sujeitos do estudo 16 terapeutas ocupacionais que atuam em iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental, localizadas no estado de São Paulo.

Os participantes, em sua totalidade, eram do sexo feminino, com idade variando entre 27 e 50 anos, com tempo de formação variando entre quatro e 27 anos, e com tempo de atuação nas iniciativas variando entre nove meses e 15 anos.

Adotou-se como critérios de inclusão que o profissional estivesse atuando na iniciativa havia, no mínimo, seis meses, tivesse vínculo formal com o serviço e aceitasse participar do estudo.

### 2.2 Campo do estudo

O campo do estudo foi composto por dez iniciativas de geração de trabalho e renda, distribuídas em cinco cidades do estado de São Paulo, presentes no Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho (CIST), nas quais atuavam as terapeutas ocupacionais participantes.

### 2.3 Instrumentos

Foram utilizados dois instrumentos, a saber:

- um questionário semiestruturado, cuja finalidade foi caracterizar os participantes e as iniciativas de geração de trabalho e renda;

- um roteiro de entrevista semiestruturada, cujo objetivo foi investigar e aprofundar o conhecimento acerca da prática do terapeuta ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda.

## 2.4 Procedimentos éticos

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos sob o Parecer n.º 137.628./CAAE: 05460812.9.0000.5504. Somente após aprovação, deu-se início à coleta de dados.

## 2.5 Coleta de dados

A identificação das iniciativas foi feita por meio de consulta ao banco de dados de iniciativas de geração de renda disponível na página eletrônica do Ministério da Saúde. No documento, constavam 99 iniciativas de geração de trabalho e renda, distribuídas em 24 cidades do estado de São Paulo.

O contato com as iniciativas foi realizado por meio de ligações telefônicas e por meio do envio de mensagem de correio eletrônico. Ao final dos contatos, identificou-se que, das 99 iniciativas, apenas 14 atendiam aos critérios de inclusão, ou seja, estavam ativas, se destinavam apenas à proposta de geração de trabalho e renda (sem proposta de oficina terapêutica) e tinham o terapeuta ocupacional com vínculo formal atuando na equipe. Nas 14 iniciativas, foi feito convite às 23 terapeutas ocupacionais identificadas.

Às 23 profissionais que aceitaram participar do estudo, foi solicitado que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para as que assinaram, foi enviado o questionário semiestruturado por correio eletrônico em formato Word e solicitado que respondessem no próprio documento e o encaminhassem de volta também por correio eletrônico.

Finalizado o prazo para o preenchimento do questionário, foram respondidos 18 dos 23 questionários enviados. Entretanto, após minuciosa análise, dois deles foram excluídos, por identificarem as iniciativas como oficinas terapêuticas.

Portanto, o número final de profissionais participantes foi 16 e o número de iniciativas de geração de trabalho e renda nas quais as profissionais estavam atuando foi em número de dez, distribuídas em cinco cidades do estado de São Paulo.

A segunda etapa da coleta de dados consistiu na realização da entrevista. Foram selecionadas e convidadas a participar da entrevista 12 das 16 terapeutas ocupacionais que responderam o questionário. Adotaram-se, como critério de inclusão e participação nesta etapa, as profissionais que tivessem respondido ao maior número de questões do questionário e em maior profundidade, bem como tivessem mais tempo de acompanhamento das iniciativas, as quais estivessem mais consolidadas e com mais tempo de existência. As 12 profissionais selecionadas aceitaram participar da entrevista.

## 2.6 Análise dos dados

Os dados provenientes do questionário foram analisados de maneira descritiva. As entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas à técnica de Análise Temática (BARDIN, 2008), resultando em seis categorias temáticas. Respondendo aos objetivos deste estudo, serão focalizados resultados oriundos de duas destas categorias temáticas.

## 3 Resultados e discussão

A seguir, apresentam-se os principais resultados oriundos das categorias temáticas denominadas “Identificando as atividades desenvolvidas pelo terapeuta ocupacional e a necessidade de construção de um novo fazer” e “A economia solidária como referência para a organização do trabalho e da prática do terapeuta ocupacional nos espaços de geração de trabalho e renda.”

### 3.1 Identificando as atividades desenvolvidas pelo terapeuta ocupacional e a necessidade de construção de um novo fazer

No contexto de geração de trabalho e renda, as terapeutas ocupacionais assumem a função de coordenadoras de oficina, como mencionado em sua maioria, e as atribuições assumidas pelas profissionais desdobram-se, dentre outras, em atividades administrativas, atividades relacionadas a organização e execução do processo produtivo e, em alguns momentos, até mesmo em participação em feiras e eventos para comercialização, caracterizando-se como atividades e funções que são desenvolvidas sob a perspectiva econômica, da produção, com vistas à comercialização. Os relatos a seguir evidenciam essa condição:

*Como agora oficialmente eu estou, também estou como coordenadora de oficina [...] Então é, desde assim, de dar uns toques no processo produtivo né, essa orientação, então tem algumas coisas que precisam ser encaminhadas, organizadas, porque assim, algumas atividades, dependendo do grupo que você está eles dão conta de fazer, outras não. Por exemplo, lidar com números. [...] ajudo a criar produtos também [...] tem ah... compra de material, a parte financeira da oficina também a gente que acaba fazendo as contas e tal... [...] participação em feira, em evento, então desde selecionar os produtos, empacotar os produtos [...] às vezes participar em si da feira, então a gente está junto também com os oficinairos no momento da venda, a gente faz esse trabalho também [...] (T1).*

*Então, acho que nesse projeto de trabalho e geração de renda eu acabo, dentre várias coisas né, acho que a atividade principal é, é esse manejo da oficina de trabalho. Então é... eu auxílio na operacionalização da oficina, na dinâmica do trabalho, na organização do trabalho, na divisão de tarefas, no processo de trabalho também [...] (T11).*

Além das tarefas mencionadas, algumas participantes apontaram realizar atividades burocráticas, relativas à participação em reuniões internas e à organização das iniciativas, mas também reuniões relativas à atenção em saúde mental e mesmo reuniões externas, como as que tratam de assuntos relativos à economia solidária, por exemplo. Além destas, foram apontadas atividades relacionadas à mediação de discussões, de relacionamentos e de conflitos. Foram apontadas, ainda, atividades relativas ao cuidado em saúde mental e mesmo terapêuticas, evidenciando que, a despeito do objetivo das iniciativas e da proposição do trabalho dentro destas, a questão da saúde mental permeia esse contexto, de forma que as terapeutas ocupacionais, de alguma maneira, acabam lidando com estes aspectos, como está expresso nas falas:

*[...] então, tem desde atividades burocráticas [...] E essas coisas do cotidiano de um serviço de saúde assim, ah... Os ofícios para a Secretaria [...] participação em reuniões, então aí tem, assim, reuniões que a gente faz aqui da equipe, reuniões dos serviços de saúde mental, reuniões fora daqui, por exemplo, da economia solidária [...] (T1).*

*Ah... a gente, de vez em quando eu tenho que intermediar alguns, mediar alguns conflitos né, na oficina para... algumas crises que venham a acontecer né, algum episódio um pouco mais crítico de um sofrimento maior de alguém, então a gente precisa fazer esse acolhimento, essa continência e poder fazer os encaminhamentos necessários né*

*porque eu acho que a gente lida com a crise aqui, mas não é aqui né, a gente entende que não é aqui, aí a gente faz todo o encaminhamento para a rede [...] (T11).*

Os relatos evidenciam o quanto as questões relativas à saúde mental estão colocadas no dia a dia, tanto no que diz respeito a se envolverem em atividades burocráticas de ações entre os serviços quanto a se envolverem, muitas vezes, no cuidado direto com os usuários. Apreende-se ainda que, na medida do possível, se preconiza um trabalho em rede, buscando-se a articulação com os serviços de saúde mental de origem do usuário, como fica evidente no relato de T11, condição que atende às proposições instituídas pela Portaria n.º 3.088, a qual prevê a articulação e a integração dos dispositivos de atenção em saúde em rede disponíveis no território (BRASIL, 2011). Esta condição pode evidenciar o esforço que vem sendo feito pelas profissionais em torno de tentar garantir o espaço de geração de trabalho e renda como um espaço de trabalho, de produção, distanciado de um espaço de tratamento. Apesar disso, verificou-se que algumas participantes reconhecem realizar atividades terapêuticas em alguns momentos.

No universo das atividades desenvolvidas pelas terapeutas ocupacionais, apesar de surgirem questões relativas à saúde mental, fica evidente que as profissionais lidam, em sua maioria, com demandas que dizem respeito à administração da oficina e de tudo o que permeia a estruturação e a execução da produção, envolvendo núcleos de conhecimento que extrapolam o arcabouço teórico do terapeuta ocupacional e que, em alguns momentos, representam dificuldade para o profissional. Isso fica evidente nos seguintes relatos:

*É... dificuldade é aquilo que eu disse que necessita muito e que o TO não aprendeu a fazer, que são as atividades administrativas, organizacionais né, então assim, você faz uma contabilidade, você tem um caixa que tem entrada, que tem saída, que tem nota fiscal. Você vai calcular o preço de um produto né, assim, você tem é, de um quilo de tinta quantos gramas eu usei né. Em um processo artesanal isso é difícil, então a gente não aprende a fazer isso como TO né. [...] tem uma outra logística aí que é do negócio que vai muito além do saber do terapeuta ocupacional (T4).*

[quando começou a trabalhar na iniciativa de geração de trabalho e renda] *eu tive que aprender muita coisa, fazer conta, economia, contabilidade, divisão, enfim, que não é do nosso núcleo, está bem longe na verdade né, isso não, nunca foi dado né, então tem parceria aí com um monte de, de outros núcleos que eu acho que é importante (T8).*

Os relatos supracitados evidenciam que muitas das demandas e exigências inerentes ao processo produtivo e ao escoamento da produção extrapolam os conhecimentos que compõem a profissão terapia ocupacional. Essa condição revela que a demanda que se apresenta encontra-se no universo do trabalho. Ou seja, são ferramentas, estratégias e dinâmicas que se localizam no universo da produção para a comercialização e que, portanto, não compõem os conhecimentos adquiridos pelo terapeuta ocupacional ao longo de sua formação profissional.

Esta perspectiva é reafirmada pelos dados provenientes dos questionários (primeira etapa do estudo) acerca da necessidade de realização de cursos pelas participantes nesta área, bem como suas contribuições para lidar com as demandas do mercado.

Nesse sentido, revela-se uma condição na qual, de fato, faltam algumas ferramentas, conhecimentos e mesmo habilidades para o terapeuta ocupacional lidar com aspectos concretos do trabalho e sua dimensão econômica. Esta perspectiva é corroborada por Oliver et al. (2002, p. 92), que, ao desenvolverem um estudo em duas oficinas de geração de trabalho e renda, concluíram que a proposta de gerar renda traz como exigência instrumentos que ainda estão pouco consolidados na prática dos profissionais da saúde e dos terapeutas ocupacionais, cujos instrumentos “[...] seriam úteis para a inscrição dessas experiências no mercado (produção e distribuição), propiciando relações de trocas de outra dimensão”.

As necessidades de determinados conhecimentos e ferramentas extrapolam a forte proximidade que o terapeuta ocupacional estabelece com o trabalho e sua importância na vida dos sujeitos, e alcançam o universo da prática, de se ver em contato direto com as exigências do mercado e ter de lançar mão de recursos para lidar com esta condição. Esta situação aponta para uma questão fundamental: como agregar aos conhecimentos prévios do terapeuta ocupacional acerca do trabalho novas ferramentas, recursos e conhecimentos que o instrumentalize para estar nesse lugar e concretizar, de fato, uma proposta de trabalho?

Talvez seja de suma importância incluir esta temática na grade curricular dos cursos de terapia ocupacional, visto que o trabalho é uma questão central na profissão e, desta forma, este profissional necessita ampliar seus conhecimentos, principalmente porque a questão da inserção dos usuários de saúde mental no mundo do trabalho vem sendo cada vez mais fomentada e vem ganhando espaço de maneira singular no âmbito das políticas públicas.

Justifica-se ainda que esta temática representa um dos pilares para a efetiva inclusão social dos

usuários da saúde mental, sendo esta um dos vértices da prática do terapeuta ocupacional. Nesse sentido, para além dos avanços e novos contornos que a terapia ocupacional vem adquirindo ao longo das transformações na assistência em saúde mental, considera-se que o investimento na formação do profissional desde a graduação e, portanto, disciplinas que discorram sobre as atuais modalidades de inclusão social – no caso, a perspectiva do trabalho – devem necessariamente estar contidas na grade curricular desta profissão, cumprindo com o dever ético e político da inclusão a que se propõe o terapeuta ocupacional.

Outras possibilidades poderiam ser pensadas, tais como formações complementares atreladas a outras áreas, cursos e até mesmo especializações. Destaca-se, entretanto, que estas alternativas, para compor a formação do profissional, precisam necessariamente estar articuladas à realidade atual do modo de produção vigente, o capitalismo, e seu antípoda emergente, a economia solidária, pois só assim é possível discutir a perspectiva de um trabalho real aos usuários da saúde mental, que precisa estar balizado às tensões e aos desafios que emergem das exigências do mercado de trabalho.

Acredita-se que o investimento em formação para os profissionais é um dos pilares para que se possa pensar a questão do trabalho como direito aos usuários da saúde mental. Ou seja, desvinculado da perspectiva do tratamento e, conseqüentemente, da roupagem de um recurso de intervenção, instaura-se a possibilidade de discussão sobre a real função social e econômica do trabalho, bem como a necessidade de ressignificação deste na vida dos sujeitos, o que se alcança por meio do trabalho de profissionais preparados e abertos à compreensão do trabalho sob esta concepção.

Assim, concorda-se com a perspectiva de trabalho assumida na experiência de Santos, na qual se passou a conceber que a inclusão pelo trabalho se coloca como uma das dimensões do processo de singularização dos usuários, os quais passam a ser vistos como sujeitos com capacidades. Nessa direção, aponta-se que

[...] diferente da habilitação em si para o trabalho, a proposta remete à construção de um tecido de trocas sociais no qual a inserção pelo trabalho implica um conjunto de articulações, ativação de recursos, de possibilidades dos sujeitos, de espaços de agenciamento de relações (NICÁCIO; KINKER, 1997, p. 168).

Nesse sentido, verificou-se que as iniciativas de geração de trabalho e renda, alicerçadas fortemente na proposição do trabalho e articuladas a conhecimentos

de ordem da produção e do mercado, convocam os terapeutas ocupacionais à construção de um novo saber e isso traz implicações de ordem prática, evidenciando a necessidade de parcerias com outros profissionais, a fim de alavancar a produção e a comercialização dos produtos, ainda que tais profissionais não componham a equipe, como está expresso nos relatos a seguir:

[...] *acho que faltam outros profissionais, assim, a gente que está falando de geração de trabalho e renda a gente precisa ter um olhar comercial né, acho que a gente precisa ter uma estratégia de marketing que a gente não tem isso né é... [...] é questão de elaborar um contrato, de negociar, negociar comercialmente com o cliente, acho que isso tudo são coisas que... a gente acaba não tendo, deixa um pouquinho a desejar [...]* (T9).

*A gente gostaria muito de ter gente ligada a... [...] designer, modelagem né, que pudesse fazer produtos mais bacanas né, pensar... como aproveitar essa criatividade delas e que isso fosse né, revertisse em produtos mais legais... [...] eu não sei se continuamente, mas talvez pontualmente uma assessoria mais dessa parte administrativa [...] e talvez a parte de marketing, venda, então etiquetas legais, embalagens legais, como é que a gente consegue fazer esse produto ser mais atraente né [...]* (T7).

Aqui se revela a importância da parceria com outros profissionais com vistas a aprimorar a proposta de trabalho, o que está diretamente implicado com o aperfeiçoamento e a formação das profissionais nessas áreas correlatas. Ainda, apresentam-se como consequência a importância e a necessidade da qualidade dos produtos como via de acesso ao mercado.

É nessa direção que Martins (2008) considera que, se o que se almeja é vender o produto e não a loucura, então novas exigências surgem, dentre as quais a qualidade da produção. Sob esta perspectiva, Nicácio (1994) aponta que, em muitas oficinas, inclusive aquelas que ocorriam fora dos hospitais, era comum a produção de objetos sem qualificação, sem valor e, portanto, sem possibilidade de inserção no mercado. Para a autora, essa condição direciona para uma reflexão sobre a manutenção de uma relação de invalidação com o sujeito e de afirmação de suas incapacidades.

Saraceno (2001), ao tratar da experiência de empresa social desenvolvida na Itália, afirma que a qualidade dos produtos desta é função de sua capacidade de competir no mercado, além da qualidade do produto qualificar a autoestima de quem produz.

Cayres et al. (2001) consideram que, para que haja crescimento e qualificação destas iniciativas, são necessárias parcerias com áreas que transcendam a saúde e que disciplinas que versam sobre formação econômica, *marketing* e publicidade contribuam na reformulação e novo direcionamento dos projetos em saúde mental.

Estes apontamentos reafirmam a importância de os profissionais implicados no trabalho nas iniciativas se atualizarem e contribuírem para o aprimoramento do processo de produção dos usuários e da qualidade dos produtos. Mais do que isso, remete à reflexão acerca da importância destes profissionais como agentes no processo de construção social de uma nova visão sobre o usuário, ou seja, usuário este que produz com qualidade, utilidade e valor.

Algumas participantes apontaram a necessidade de os terapeutas ocupacionais se instrumentalizarem e se apropriarem de determinados conteúdos para fundamentar sua prática nos espaços de geração de trabalho e renda, e também registrá-las, a fim de que essa produção possa servir de arcabouço teórico.

Quanto à necessidade de novos conhecimentos e instrumentais, algumas participantes consideraram que:

*Acho que a TO e a, e a geração de trabalho e renda é, ela está muito, está muito próxima, muito atrelada e acho que a gente podia só se... se embasar mais sabe, se fortalecer mais teoricamente com relação a isso [...] acho que a gente tem que se instrumentalizar um pouco mais também, não como nós fizemos assim de, de fazer instintivamente né, acho que, acho que a gente, nós somos uma geração que estamos caminhando, estamos é, abrindo esse caminho, acho que né, acho que a gente tem que começar a, não, vamos pensar na formação mesmo de tudo isso, acho que isso é um, um pressuposto [...] (T9).*

*[...] eu acho que esses conteúdos que tem a ver com a economia e... a formação capitalista, o mundo do trabalho, eles são fundamentais se a gente quer continuar nessa trilha de pensar trabalho e terapia ocupacional, trabalho para os nossos usuários, né (T7).*

Quanto a importância e necessidade de registrar a prática e produzir material teórico sobre essa atuação, algumas participantes ressaltaram este aspecto como algo que se faz necessário dentro da profissão, como está marcado nos depoimentos a seguir:

*Acho que a TO é muito da prática né e a gente não vê nada muito registrado, muito material teórico, eu acho que a TO precisa disso né, há muito tempo precisa é... Então eu acho essa, acho*

*que essa experiência estar relatada eu acho que é, é uma iniciativa bem, bem importante (T11).*

*[...] acho fundamental que, que, que mais pessoas escrevam sobre isso... Eu acho que a gente tem conteúdos teóricos eu não, não, não vou dizer que não, com certeza temos. Mas, é... eu acho que temos que escrever mais porque tem pouca coisa assim [...] (T12).*

Os apontamentos acerca da necessidade de novos conhecimentos e instrumentais para a prática, bem como a importância de se registrar estas experiências, revelam a necessidade sentida por estas profissionais de um amparo teórico e prático para aprimorarem as funções que desenvolvem nas iniciativas. Ainda, concorda-se com a colocação de uma das participantes (T12) sobre os terapeutas ocupacionais possuírem conteúdos teóricos, entretanto acrescenta-se a necessidade de sistematização do que existe, bem como o desenvolvimento de novos conhecimentos.

### 3.2 A economia solidária como referência para a organização do trabalho e da prática do terapeuta ocupacional nos espaços de geração de trabalho e renda

Foi possível apreender nos relatos que existe a proposição de um trabalho que se constrói de maneira coletiva entre profissionais e usuários, e que se traduz em práticas compartilhadas, em trocas de saberes, em relações solidárias, em divisão de tarefas, na apropriação de todas as etapas do trabalho pelo usuário, em decisões coletivas e em divisão de tarefas por afinidade. Essa forma de organizar o trabalho é condizente com os princípios da economia solidária e, de fato, esta foi mencionada por todas as entrevistadas, tendo sido abordada sob várias dimensões. Esta condição corrobora os resultados oriundos do questionário respondido pelas participantes na primeira etapa do estudo original. Ou seja, das dez iniciativas participantes, em nove foi apontada vinculação à economia solidária, sendo que, dentre as justificativas, foi mencionada que tal vinculação se dá justamente por meio do funcionamento da iniciativa pautada nos princípios desta economia.

No contexto de pensar formas mais humanizadas de proposição do trabalho, as participantes apontaram que procuram trabalhar os princípios da economia solidária no dia a dia com os usuários e que isso, inclusive, permite trabalhar determinados aspectos, tais como iniciativa, empoderamento, autonomia, dentre outros, como ilustra o relato:



*[...] hoje a gente vê que pautar a, a, as nossas atividades na economia solidária, que traz pra gente diretrizes super importantes que é a questão da autogestão, que é a questão da solidariedade, do cooperativismo, de poder pensar nessas questões, a gente consegue é... trabalhar com os usuários coisas que para a gente é super importante, iniciativa, autonomia, é... é... empoderamento, pensar em novas, novas potências, aprender novas coisas e tal, eu acho que isso é muito fruto de uma lógica que a gente trabalha que é... que é isso, é o que a, a economia solidária traz para a gente assim, dos ensinamentos que é um novo jeito de fazer que não é o modo capitalista [...]* (T3).

A autonomia foi uma temática que permeou os relatos das participantes tendo sido abordada sob diversos aspectos, como ser uma expectativa do profissional quando na proposição do trabalho; o profissional trabalhar para que os sujeitos sejam mais autônomos; a autonomia ser um desafio a ser alcançado pelos usuários, e mesmo a autonomia ser algo com o que a terapia ocupacional lida. Foi possível evidenciar que, mesmo sob vários enfoques, a questão da autonomia é algo que se alcança ou se espera alcançar quando na proposição do trabalho ao usuário no contexto de trabalho. Nesse sentido, é possível inferir que a questão da autonomia é também pensada e alcançada por meio dos princípios da economia solidária, visto que é pautada nos princípios desta que as participantes, em sua maioria, relatam propor o trabalho aos usuários.

Carvalhoes (2008) aponta que a união entre economia solidária e saúde mental tem suscitado importantes problematizações acerca do direito das pessoas com transtorno mental quanto a compartilharem os espaços e as decisões sobre suas produções, a forma como produzem e o destino que dão a essa produção, mas, sobretudo, quanto à questão da autonomia e do direito ao trabalho.

É possível refletir ainda sobre a questão da autonomia como algo que a terapia ocupacional busca trabalhar com os sujeitos em sua prática no geral e que, no contexto de geração de trabalho e renda, essa busca pela autonomia vem sendo respaldada tanto pelos princípios da economia solidária quanto pelos pressupostos da reabilitação psicossocial.

Destaca-se a necessidade de se refletir acerca da autonomia, visto que se trata de um conceito amplamente difundido no âmbito da saúde mental, seja representando um dos pilares do processo da Reforma Psiquiátrica, seja norteando as proposições dos dispositivos de intervenção em saúde mental, dentre outros. Nesse sentido, parece mais apropriado adotar a perspectiva de autonomia apresentada por Kinoshita (2001), visto que o autor discorre

sobre esta a partir dos pressupostos da reabilitação psicossocial. Portanto, para o autor, a autonomia diz respeito à capacidade de um sujeito produzir normas e ordens em sua vida a partir das variadas situações que enfrente, de forma que reabilitar, sob esta perspectiva, representa um processo de reconstrução do poder contratual do sujeito com vistas a aumentar sua autonomia.

Quanto à relevância de haver o envolvimento da terapia ocupacional com os princípios da economia solidária, algumas participantes apontaram de maneira explícita a importância de os profissionais se apropriarem dos conceitos desta economia e até mesmo terem contato com este conteúdo no processo de formação a fim de respaldar sua prática, o que revela uma disposição em incorporar novos valores para o trabalho com os usuários e, conseqüentemente, novas formas de estar nestes espaços.

*E acho que a gente podia ter, conhecer mais a economia solidária assim, estar mais próxima da nossa formação não só a questão do né, do, do trabalho né e geração de renda [...]* (T9).

*[...] [a economia solidária] pode ser um conhecimento que as TO's possam se apropriar mais, que não é muito trabalhado na nossa formação [...]* *Eu não fui muito sensibilizada, muito preparada e acho que a economia solidária é um... dá para a gente, dá para respaldar nossas ações em muitas coisas. [...] é um campo de conhecimento muito, muito, muito legal, assim, que casa muito bem com a nossa profissão, com as propostas da reforma e da, e quando a reforma propõe ter espaços de trabalho... sim, a gente precisaria sim é, assim, precisaria sim estar mais junto da economia solidária. E produzir, porque não ter TO's produzindo?* (T1).

O estudo de Ferro, Macedo e Loureiro (2015) evidencia compreensão semelhante de um dos participantes da pesquisa, apontando para a necessidade de formação do terapeuta ocupacional em economia solidária.

Uma das participantes mencionou, de maneira enfática, sua proximidade com os pressupostos da economia solidária e como isso se aplica em sua prática:

*Eu mesmo eu não, eu não consigo assim pensar minha prática envolvida com população de saúde mental no trabalho, na questão do trabalho e geração de renda sem a economia solidária, eu não consigo ver... meu trabalho, sempre trabalhei a partir dos princípios da economia solidária, eu acho que é essencial* (T6).

Embora as participantes não tenham apontado de maneira explícita quais valores da economia solidária

se aproximam dos conceitos e fundamentos da prática da terapia ocupacional, é possível evidenciar tal proximidade, principalmente no que se refere aos objetivos da profissão, independentemente da área de atuação. Ou seja, dentre os objetivos preconizados pela profissão, ressaltam-se a busca pela autonomia e a inserção social dos sujeitos. Nesse sentido, é possível considerar que a busca por estas condições encontra solo fértil em meio às proposições e valores difundidos pelo movimento da economia solidária.

Para Ferro, Macedo e Loureiro (2015, p. 113),

É necessário refletir sobre o papel do terapeuta ocupacional nessas iniciativas, procurando compor ações políticas para transformação macroestrutural congregadas com a estruturação da iniciativa em si: seja por meio da organização e fomento à participação política de representantes das cooperativas e/ou grupos de geração de trabalho e renda nos espaços democráticos decisórios; seja por meio da composição com vereadores e deputados no terreno legislativo, para suporte diverso às iniciativas de geração de trabalho e renda; seja pela organização de grupos politicamente engajados para cobrar ações públicas que operacionalizem as conquistas legislativas; seja por meio da sistematização e organização de uma rede regional de solidariedade.

Importa destacar que, para tornar os preceitos da inclusão social e da solidariedade premissas cotidianas, é imprescindível que existam ações múltiplas e distintas no diálogo entre terapia ocupacional e economia solidária (FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015).

Embora as participantes deixem evidentes a importância e o investimento que fazem na proposição de um trabalho mais solidário e cooperado e, portanto, diferente do trabalho nos moldes capitalistas, foi possível verificar que algumas delas consideram o mercado formal de trabalho como possibilidade de trabalho para os usuários da saúde mental. No relato a seguir, foi possível apreender que se trata mais de uma opção a ser considerada e mesmo de propor que o usuário tenha liberdade de escolha do que algo que se busque atingir enquanto meta:

*Se eu voltei a ficar bem e se eu retomei a minha autoestima é... sei lá, né, cada um com a sua especificidade, mas... se eu estou seguro, se eu já não preciso disso aqui é, eu vou escolher. Então se é para o mercado formal, volte para o mercado formal, acho que isso é escolha do usuário, do oficinairo, eu acho que isso não nos cabe, acho que isso é deles, eu acho que é isso que a gente tem que trabalhar na oficina. [...] Então o daqui para frente, o que propor enquanto trabalho, isso*

*é deles assim né, acho que é o desejo deles. Se nos pedirem ajuda eu acho que também faz parte do nosso trabalho né, como já foi feito, um usuário que voltou para o mercado formal, saiu daqui, arrumou um emprego no supermercado e aí a gente pediu para no primeiro mês vir aqui para conversar no dia de folga, vinha, conversava e assim, se manteve e de vez em quando aparece aqui ainda para dar beijinho e para agradecer, mas... eu acho que isso é escolha deles né, é... E assim, eu acho que é a característica de cada pessoa que está dentro seja dessa oficina ou de qualquer uma outra né (T8).*

Houve participantes que apontaram existir um incentivo para a busca de um lugar no mercado de trabalho, ficando evidente, no depoimento de uma delas, a importância do terapeuta ocupacional acompanhar e respaldar o usuário neste processo, considerando inclusive a possibilidade de criação de políticas de inserção desses usuários no mercado formal de trabalho:

*A gente, até as TO's, a gente tem um, já chegou a ter 4 TO's aqui né, talvez a gente pudesse ter organizado em alguns momentos a gente tentou né, agir mais nessa questão da integração com o trabalho né, então não só fazer as iniciativas de geração de renda, mas também ficar muito ligado em vagas, em ajudar as pessoas a irem no CAT para procurar emprego, ou entrar em contato com empresas tentar, inserção... Tem um campo aí que a gente poderia ter, ou estar, ou vir a trabalhar né que é de mediação aí no, no suporte para conseguir trabalhar que eu acho que a gente ainda tem para desenvolver [...] eu acho que a gente tem que pegar, pensar o mercado formal como uma possibilidade que a gente pode estar mediando, apoiando, facilitando... A gente pode pensar em políticas né, que a gente precisa né, pensar e traçar políticas de inserção né, dos nossos usuários no mercado formal de trabalho [...] (T7).*

O relato da participante deixa explícito que, em sua concepção, além da proposição do trabalho por meio das iniciativas de geração de trabalho e renda, o terapeuta ocupacional também pode e deve viabilizar a entrada ou o retorno do usuário, que deseje, no mercado de trabalho formal, acompanhando-o nessa trajetória. Nessa direção, Lussi (2009) ressaltou a importância dos profissionais das oficinas de geração de renda que compuseram seu estudo acompanhar os usuários em seu processo de inserção no mercado de trabalho, sugerindo que esta condição pode ter viabilizado o sucesso destes, bem como suas conquistas em relação ao seu processo de autoconhecimento e autorrealização.

A despeito da forma com que o trabalho vem sendo pensado e proposto nos contextos de geração de trabalho e renda, pautado na economia solidária e, com isso, viabilizando uma série de valores, identificou-se que algumas participantes reconhecem este espaço como um local de trabalho protegido, dividindo opiniões a esse respeito.

No relato de duas participantes, identificou-se que, apesar de ser concebido como um espaço protegido, este é necessário, uma vez que se trata de uma alternativa de trabalho, posto que o mercado formal, em geral, não absorve os usuários da saúde mental ou que muitos destes acabam não comportando as demandas e exigências que são impostas por este modelo. O relato a seguir ilustra essa condição:

*Porque mesmo sendo espaço de proteção as oficinas precisam existir? Que realmente alguns usuários da saúde mental não vão dar conta de ser inseridos no mercado de trabalho, porque sempre vai ter o exército de reserva [...] e que se forem, muitas vezes vai ser um trabalho muito assim explorador, não vai ser um trabalho que possa trazer coisas bacanas e... [...] é... quanto que para o ser humano adulto na nossa sociedade isso [o trabalho] também, assim, atribuí um papel para ele, também um status, uma participação maior e que vai ser necessário realmente esses espaços mais protegidos e que faz sentido sim ter esses espaços. Infelizmente dessa forma, ou felizmente dessa forma, é um pouco contraditório mas... mas é! (T1).*

Apreende-se, no relato anterior, que a participante entende os espaços de geração de trabalho e renda como espaços protegidos, mas que representam uma alternativa de inclusão no trabalho e, portanto, que o protegido a que se refere diz de um espaço que comporta as demandas dos usuários, mas que ainda assim se configura em um local de trabalho.

Em direção oposta, uma das participantes, ainda que considere interessante o trabalho que se propõe nos espaços de geração de trabalho e renda, esboça sua expectativa na direção de que esses espaços alcancem outros lugares e outra perspectiva de trabalho, como mostra o depoimento a seguir:

*Então, eu acho que a minha grande expectativa é que a gente consiga né, na, na sociedade fazer um trabalho... pensando na vida real né. É... não que a gente fique excludente aqui, eu acho a gente faz um trabalho muito interessante, mas é dentro de um universo protegido né. Acho que eu tenho, o meu grande desejo é que a gente consiga realmente valer essa lei e que a gente consiga estar também nos outros espaços né. Acho que também uma discussão que, que está é, de, dividida né, na, para quem pensa a questão da geração, ah temos*

*que fazer sempre assim, porque pensar a lógica do trabalho é muito cruel [...] mas eu acho que dá para pensar as duas coisas né, a gente continuar nessa questão do desenvolvimento né de novas habilidades, mas também tem que pensar essa questão externa né (T10).*

Neste relato, é possível perceber que existe um desejo em torno de transpor os contextos de geração de trabalho e renda e que, diferente da opinião da participante anterior, esta pensa que outros meios de se propor o trabalho sejam encontrados e por que não pensar aspectos do mercado formal de trabalho.

Finalmente, o relato de uma das participantes aponta para uma condição intermediária, entendendo os espaços de geração de trabalho e renda como necessários para que se alcancem outras possibilidades e outras formas de proposição do trabalho. Em suas palavras:

*As oficinas de trabalho e geração de renda elas, elas ainda são, assim, são ainda protegidas né [...] mas eu acho que a gente ainda vai, vai ainda caminhar muito é... Eu acho que a gente tem que ter outros modelos assim para a gente poder começar a experimentar mesmo é... mas ah, me preocupo porque o modelo das oficinas ainda é muito protegido né como eu disse assim então, mas acho que a gente tem que começar a caminhar por outros caminhos, acho que as, as, as associações, as cooperativas são outras formas... de isso acontecer, mas acho que as oficinas ainda precisam existir, oficinas, empreendimentos né, assim, acho que elas ainda precisam existir para poder dar, para poder dar um, um pouco mais de vivência, um pouco mais de suporte para, para os outros passos assim, que eu acredito... (T9).*

As opiniões expressas nos relatos quanto aos espaços de geração de trabalho e renda ainda serem protegidos suscitam uma discussão sobre a proposição do trabalho no campo da saúde mental. Ou seja, apontam para um processo que ainda está em construção, que não tem ainda um formato definido e que, portanto, produz questionamentos e opiniões diversas entre aqueles que estão diretamente implicados com este contexto.

Sobre este aspecto, cabe um apontamento feito por Lussi, Matsukura e Hahn (2010), ao considerarem que, no Brasil, as atribuições dadas ao trabalho ainda são ambíguas tanto entre os usuários quanto entre os serviços de saúde mental, posto que, por vezes, é tido como um dispositivo terapêutico, e, por outras, como única maneira de os sujeitos conquistarem e exercerem sua cidadania. Nessa direção, as autoras puderam constatar, em seu estudo desenvolvido com profissionais que atuam em iniciativas de geração

de renda no estado de São Paulo, que todos os participantes admitem que, mesmo estes espaços buscando a autonomia, a geração de renda ou a capacitação dos usuários ainda se caracterizam como um trabalho protegido.

## 4 Considerações finais

O estudo revela a emergência por discussões e proposições acerca do trabalho ofertado aos usuários de serviços de saúde mental e evidencia a importância da atuação do terapeuta ocupacional nestes espaços, bem como a pertinência da articulação com a economia solidária. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de maiores reflexões e produções em torno das potencialidades que podem emergir da parceria entre economia solidária e terapia ocupacional, visto que tal parceria pode elucidar e fortalecer novas possibilidades de proposição de trabalhos inclusivos no âmbito da saúde mental.

## Referências

ALCÂNTARA, L. C. Economia solidária e oficinas de trabalho na saúde mental. In: MERHY, E. E.; AMARAL, H. *A reforma psiquiátrica no cotidiano II*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007. p. 151-181.

ALMEIDA, D. T.; TREVISAN, E. R. Estratégias de intervenção da terapia ocupacional em consonância com as transformações da assistência em saúde mental no Brasil. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 15, n. 36, p. 299-307, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n36/aop3110.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2012.

AMARANTE, P.; BELLONI, F. Ampliando o direito e produzindo cidadania. In: PINHO, K. L. R. et al. (Org.). *Relatos de experiências de inclusão social pelo trabalho na saúde*. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014. p. 15-20.

ARBESMAN, M.; LOGSDON, D. W. Occupational therapy interventions for employment and education for adults with serious mental illness: a systematic review. *American Journal of Occupational Therapy*, New York, v. 65, n. 3, p. 238-246, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho*. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/saude\\_mental\\_economia\\_solidaria.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/saude_mental_economia_solidaria.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Economia solidária, uma outra economia acontece*: cartilha da

Campanha Nacional de Mobilização Social. Brasília, DF, 2007a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. *Saúde mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção*. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio\\_gestao\\_saude\\_mental\\_2003\\_2006.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio_gestao_saude_mental_2003_2006.pdf)>. Acesso em: 1 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho*. Balanço da Política, Análise da Expansão da Rede Brasileira de Saúde Mental e Economia Solidária e Agenda para os Próximos Anos. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2011. Disponível em: <[http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html)>. Acesso em: 1 jul. 2013.

CARRETTA, R. Y. D.; LOBATO, B. C. A experiência de um projeto de extensão multidisciplinar no fomento à geração de renda cooperativa e solidária: a contribuição da terapia ocupacional. *Revista Cultura e Extensão USP*, São Paulo, v. 4, p. 89-97, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rce/issue/view/87>>. Acesso em: 1 jan. 2014.

CARVALHAES, A. G. *O lugar do trabalho solidário na reforma psiquiátrica brasileira*. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/TMCB-7WVKRP>>. Acesso em: 1 nov. 2011.

CAYRES, C. O. et al. O desafio da reabilitação profissional. In: HARARI, A.; VALENTINI, W. (Org.). *A reforma psiquiátrica no cotidiano*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 105-112.

CAYRES, C. O. O processo constitutivo e as concepções do núcleo de oficinas e trabalho. In: RIMOLI, J.; CAYRES, C. O. (Org.). *Saúde mental e economia solidária Armazém das Oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas: Medita, 2012. p. 21-35.

FERRO, L. F.; MACEDO, M.; LOUREIRO, M. B. Economia solidária, saúde mental e a prática do terapeuta ocupacional: relatos de participantes de um grupo de geração de trabalho e renda. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 23, n. 1, p. 101-116, 2015.

GEWURTZ, R.; KIRSH, B. How Consumers of mental health services come to understand their potential for work: doing and becoming revisited. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Toronto, v. 74, n. 3, p. 195-207, 2007. Disponível em: <<http://cjo.sagepub.com.ez31-pe>

riodicos.capes.gov.br/content/73/4\_suppl/1.6>. Acesso em: 1 nov. 2013.

KENNEDY-JONES, M.; COOPER, J.; FOSSEY, E. Developing a worker role: Stories of four people with mental illness. *Australian Occupational Therapy Journal*, Melbourne, v. 52, n. 2, p. 116-126, 2005. Disponível em: <<http://onlinelibrary-wiley-com.ez31.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1440-1630.2005.00475.x/pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

KINOSHITA, R. T. Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: PITTA, A. M. F. (Org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 55-59.

KIRSH, B.; COCKBURN, L.; GEWURTZ, R. Best practice in occupational therapy: program characteristics that influence vocational outcomes for people with serious mental illnesses. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Toronto, v. 72, n. 5, p. 265-279, 2005. PMID: 16435587.

LUSI, I. A. O. *Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral*. 2009. 169 f. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-29102009-135550/>>. Acesso em: 1 mar. 2010.

LUSI, I. A. O.; MATSUKURA, T. S.; HAHN, M. S. Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 284-290, 2010. Disponível em: <[http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo\\_saude/75/284a290.pdf](http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/75/284a290.pdf)>. Acesso em: 1 jul. 2011.

LUSI, I. A. O.; PEREIRA, M. A. O. Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 515-521, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342011000200030](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000200030)>. Acesso em: 07 jul. 2011.

MARTINS, R. C. A. Saúde mental e economia solidária: construção democrática e participativa de políticas públicas de inclusão social e econômica. In: CORTEGOSO, A. L.; LUCAS, M. G. (Org.). *Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 245-262.

NICÁCIO, F.; KINKER, F. S. O desafio de viver fora: construindo a cooperativa para todos. In: CAMPOS, F. C. B.; HENRIQUES, C. M. P. (Org.). *Contra a maré à beira mar: a experiência do SUS em Santos*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 167-177.

NICÁCIO, M. F. S. *O processo de transformação da saúde mental em Santos: desconstrução de saberes, instituições e cultura*. 1994. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

OLIVER, F. C. et al. Oficinas de trabalho: sociabilidade ou geração de renda? *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 86-94, 2002.

SARACENO, B. *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Rio de Janeiro: Te Corá/ Instituto Franco Basaglia, 2001.

SHERRING, J. et al. A working reality: evaluating enhanced intersectoral links in supported employment for people with psychiatric disabilities. *Australian Occupational Therapy Journal*, Melbourne, v. 57, n. 4, p. 261-267, 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary-wiley-com.ez31.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1440-1630.2009.00844.x/pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WOODSIDE, H.; SCHELL, L.; ALLISON-HEDGES, J. listening for recovery: the vocational success of people living with mental illness. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Toronto, v. 73, n. 1, p. 36-43, 2006. PMID: 16570840.

## Contribuição dos Autores

Giovana Garcia Morato trabalhou na concepção do texto, na redação e no delineamento do artigo, na análise e na organização dos dados, na discussão dos resultados e na revisão crítica do texto final. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi realizou a orientação de todo o processo de pesquisa e de elaboração e revisão do texto. Todas as autoras aprovaram a versão final do texto.

## Fonte de Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Bolsa.

## Notas

<sup>1</sup> O presente artigo é oriundo da pesquisa de mestrado intitulada “A atuação dos terapeutas ocupacionais em iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental: estudo sobre a realidade do estado de São Paulo” defendida pela primeira autora junto ao Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos.